



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

RUMO AO ARAGUAIA (1962-1972): O CAMPESINATO EM DOCUMENTOS DO PCDOB

Vinícius Carluccio de Andrade¹

viniciuscandrade4@gmail.com / v252009@dac.unicamp.br

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de uma profunda inquietação depois de anos de pesquisa. Ao se analisar a Guerrilha do Araguaia (1972-1974), verifica-se que o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) almejava seguir a via chinesa de guerra popular prolongada, nos moldes do maoísmo, adaptados à realidade brasileira. Contudo, quando se consulta documentos do próprio PCdoB, uma inconsistência se sobressai: ao mesmo tempo que o partido defendia a questão camponesa como a questão-chave da revolução e a necessidade de uma aliança operário-camponesa, pontuava a manutenção de “restos feudais”. Ao mesmo tempo que clamava pelo cerco da cidade pelo campo, negava o campesinato como agente social do futuro. Observa-se, assim, que, enquanto destacava as contribuições de Mao Tsé-Tung, o PCdoB repetia a concepção leninista sobre os camponeses, a qual os analisa como um resíduo social em via de desaparecimento diante do fim do camponês médio, da transformação do camponês pobre em proletário e do camponês rico em capitalista (Almeida, 2003; Marques, 2008; Oliveira, 1999, 2004).

O título “Rumo ao Araguaia” não é uma aleatoriedade, mas sim uma escolha intencional que reflete o recorte temporal adotado para o presente artigo. O combate à Guerrilha do Araguaia, exterminada em 1974, foi o maior deslocamento das Forças Armadas no interior da história do Brasil e a maior mobilização militar de Exército, Marinha e Aeronáutica desde a Segunda Guerra Mundial. A repressão não se restringiu aos guerrilheiros e também prendeu, torturou e assassinou camponeses que nada sabiam o que se passava no Pará. Não obstante, poucos são os estudos sobre a Guerrilha do Araguaia e ainda menos comuns são os estudos sobre o campesinato retratado nos documentos do partido que optou pela guerrilha rural. À vista disso, este trabalho se justifica para

¹ Graduando em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Trabalho resultante de Iniciação Científica financiada pelos processos CNPq nº 124021/2023-9 e FAPESP nº 2024/07251-3, realizada sob orientação do Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves (DGEO/IG/Unicamp).



suprir esse vácuo, debruçando-se sobre cartas, artigos e deliberações do PCdoB de 1962 (ano da cisão com o PCB) a 1972 (ano da descoberta das Forças Guerrilheiras do Araguaia por parte das Forças Armadas)².

Nessa linha, objetiva-se discutir e problematizar como o campesinato é representado nos escritos do PCdoB no momento pré-Guerrilha do Araguaia, justamente quando os primeiros militantes já começavam a se deslocar para a divisa Pará-Maranhão-Goiás (atual Tocantins). Para isso, são comparadas as visões de Mao Tsé-Tung e Vladimir Lênin. Isso não apaga, porém, a vertente teórica adotada pelo autor, compartilhada de Oliveira (1999). Embora alguns marxistas (vide Lênin) argumentem que o campesinato está fadado à extinção, outros - conforme a Geografia Agrária Crítica - defendem que a agricultura camponesa cria e se recria dentro do modo de produção capitalista. Entende-se, por consequência, que o campesinato é uma classe social, com modo de vida próprio, que se reproduz no capitalismo.

Desde já, não se pode esquecer o que Marx (2017, p. 828) escreveu sobre as classes sociais no capítulo 52 do livro III de *“O Capital”*. Segundo o autor, não existiam apenas duas classes sociais no modo de produção capitalista, ou seja, não havia somente burguesia (capitalistas, detentores dos meios de produção) ou proletariado (trabalhadores assalariados). Há, de fato, três grandes classes: proprietários de mera força de trabalho (assalariados, cuja fonte de rendimento é o salário), proprietários de capital (capitalistas, cuja fonte de rendimento é o lucro) e proprietários fundiários (proprietários de terra, cuja fonte de rendimento é a renda da terra) (Oliveira, 2004). Mesmo assim, isso foi relegado por muitos, que resumiram as classes à oposição capital-trabalho, ocultando tanto latifundiários quanto camponeses.

Penetra-se, com isso, na “descontinuidade doutrinária” mencionada por Martins (1986, p. 12). É uma incoerência tamanha que ora o campesinato seja dado como passivo, subordinado ao operariado, ora seja o responsável pela revolução, através da guerra popular. Em uma pluralidade de tendências político-partidárias, trata-se de uma “esquizofrenia doutrinária”, a qual, a despeito da organização camponesa própria, continua a manter o campesinato como um agente estranho à política (Martins, 1986).

² Os primeiros pecedobistas se instalaram no Pará em 1966, mas a cisão de 1962 já tinha como motivação o embate entre a via pacífica (defendida por Luís Carlos Prestes) e a via revolucionária de luta armada (defendida, entre outros, por Maurício Grabois, Pedro Pomar e João Amazonas).



Isso não escapa aos arquivos pecedobistas, que misturam leituras e, a depender do momento, colocam o camponês como um pilar para a luta armada ou como um sujeito pré-capitalista (feudal e semifeudal) com os dias contados frente à proletarização iminente. Centro da revolução ou resquício sobrance do feudalismo? Eis a questão que permeia um partido que, nos anos 1960 e 1970, se colocou como marxista-leninista-maoísta e formou três destacamentos guerrilheiros na Amazônia Oriental. Por essa razão, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em entrevista concedida a Melo (2013, p. 120), afirmou que “o PCdoB ainda tem a convicção de que tenha feudalismo no Brasil”. Embrenhando-se na contradição para apreender a unidade na diversidade, retornar à base arquivística possibilita o exame e a investigação.

METODOLOGIA

Em vez de negar a contradição, assume-se que “a lei da contradição inerente aos fenômenos, ou lei da unidade dos contrários, é a lei fundamental da dialética materialista” (Tsé-Tung, 2009, p. 31). Visto que este trabalho aborda principalmente uma *contradição* na representação do campesinato em documentos partidários, não se deve evitá-la, mas sim destrinchá-la³. Como o PCdoB se autodeclarava maoísta, não é nenhum problema trazê-lo ao debate, pois é mencionado constantemente entre os livros e os textos que se seguem.

Para identificar as contradições inerentes ao campesinato encontrado nos escritos do PCdoB, no recorte temporal “Rumo ao Araguaia”, foram consultadas coletâneas do próprio partido em questão, publicadas em Portugal nos anos 1970. Os compilados juntam uma série de textos e foram editados pela Edições Maria da Fonte, sediada em Lisboa. Seu conteúdo, porém, não sofreu nenhuma alteração na ortografia, conforme aviso da página 8 de Partido Comunista do Brasil (1974a, 1974b): “Nota: A presente edição obedece, na íntegra, aos documentos publicados pelo Partido Comunista do Brasil. Não alterámos nem a ortografia nem a sintaxe porque são a expressão particular do povo a que o Partido Comunista do Brasil se dirige”.

³ Mao Tsé-Tung (2009, p. 39) complementa: “Não há fenômeno que não contenha contradição. Sem contradições o mundo não existiria”. Em uma versão mais completa, tem-se que “sem vida, não há morte; sem morte, não há vida. Sem alto, não há baixo; sem baixo, não há alto. Sem infelicidade, não há felicidade; sem felicidade, não há infelicidade. Sem fácil, não há difícil; sem difícil, não há fácil. Sem senhores de terras, não há rendeiros; sem rendeiros, não há senhores de terras. Sem burguesia, não há proletariado; sem proletariado, não há burguesia. Sem opressão nacional pelo imperialismo, não há colônias nem semicolônias; sem colônias e semicolônias, não há opressão nacional pelo imperialismo. O mesmo se passa com relação a todos os contrários; em determinadas condições, por um lado, eles se opõem um ao outro e, por outro lado, estão ligados mutuamente, impregnam-se reciprocamente, interpenetram-se e dependem um do outro” (Tsé-Tung, 2009, p. 66).



XI SINGA

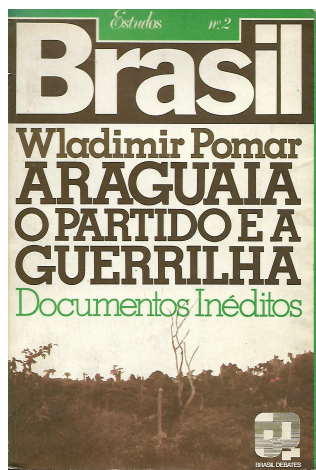
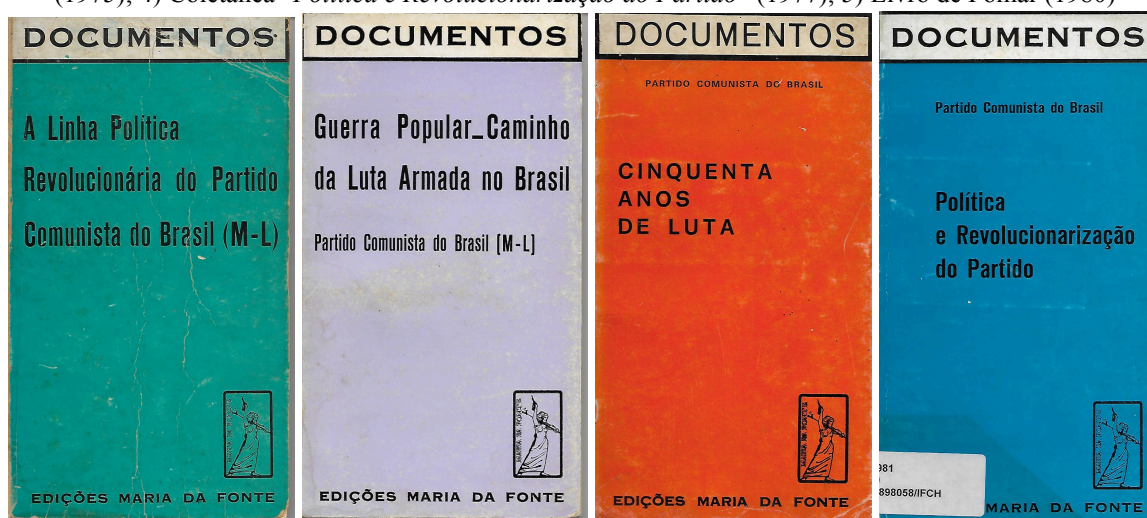
SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-SOZALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Devido à Ditadura Militar, a censura era reinante e os militantes não conseguiram publicar as obras no Brasil, divulgando-as na Europa durante o exílio. Para consultar o embasamento teórico que levou à Guerrilha do Araguaia, os livros raros utilizados foram os seguintes: 1) “*A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*”, de agosto de 1974 (1974a; figura 1); 2) “*Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil*”, de outubro de 1974 (1974b; figura 2); 3) “*Cinquenta Anos de Luta*”, de dezembro de 1975 (1975; figura 3); e 4) “*Política e Revolucionarização do Partido*”, de janeiro de 1977 (1977; figura 4). Embora as versões finais sejam depois de abril de 1972, quando o combate no Araguaia teve início, os capítulos que compõem as coletâneas são anteriores. Para complementar as consultas a documentos do PCdoB, outra base foi o livro organizado por Pomar (1980; figura 5).

Figuras 1, 2, 3, 4 e 5 - 1) Coletânea “*A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)*” (1974); 2) Coletânea “*Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil*” (1974); 3) Coletânea “*Cinquenta Anos de Luta*” (1975); 4) Coletânea “*Política e Revolucionarização do Partido*” (1977); 5) Livro de Pomar (1980)





Fonte: Acervo pessoal do autor (2025).

Ao todo, eles somam mais de 80 documentos a serem visitados. No entanto, nem todos os documentos são citados e mobilizados para o presente artigo - seja porque não mencionam algo referente ao campesinato ou porque tratam de outros temas. Assim, foram selecionados somente aqueles que efetivamente apresentam a contradição sobre o campesinato, chegando a um número de 9 textos. Na tabela 1, o título, a data da primeira publicação (respeitado o intervalo de 1962 a 1972), a autoria e o compilado onde se encontra são dispostos para cada documento. Ressalta-se que os documentos não têm uma assinatura individual porque foram 1) decisões coletivas do partido; ou 2) estratégias para manter o anonimato de militantes perseguidos e caçados depois do golpe de 1964. Se o Comitê Central era o órgão máximo do partido, A Classe Operária era o seu jornal, utilizado para veicular as discussões internas entre públicos maiores.

Tabela 1 - Sistematização de documentos do PCdoB utilizados para este trabalho

Título	Data da Primeira Publicação e/ou Realização	Autoria	Onde Encontrar
"Manifesto-Programa do Partido Comunista do Brasil"	18 de fevereiro de 1962	Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil	Compilado de Partido Comunista do Brasil (1974a)
"O golpe de 1964 e seus ensinamentos"	Agosto de 1964	Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil	Compilados de Partido Comunista do Brasil (1974a) e Pomar (1980)
"O Marxismo-Leninismo Triunfará na América Latina (Carta Aberta a Fidel Castro)"	Março de 1966	Comitê Central do Partido Comunista do Brasil	Compilado de Partido Comunista do Brasil (1974a)
"União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista"	Junho de 1966	VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil	Compilado de Partido Comunista do Brasil (1974a)
"A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil"	Maiço de 1968	Comitê Central do Partido Comunista do Brasil	Compilado de Partido Comunista do Brasil (1977)
"Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil"	Janeiro de 1969	Comitê Central do Partido Comunista do Brasil	Compilados de Partido Comunista do Brasil (1974b) e Pomar (1980)
"Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo"	Dezembro de 1969	Comitê Central do Partido Comunista do Brasil	Compilados de Partido Comunista do Brasil (1977) e Pomar (1980)
"Mais audácia na luta contra a ditadura"	Julho de 1970	Comitê Central do Partido Comunista do Brasil	Compilados de Partido Comunista do Brasil (1977) e Pomar (1980)



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA CARLOS WALTER PORTO-FONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

"Mentiras e Violências da Ditadura"	Abril de 1971	A Classe Operária	Compilado de Partido Comunista do Brasil (1977)
-------------------------------------	---------------	-------------------	---

Fontes: Partido Comunista do Brasil (1974a, 1974b, 1977); Pomar (1980).

Elaboração: Vinícius Carluccio de Andrade (2025).

Voltando-se à discussão, reforça-se: a lista acima auxilia a assegurar o princípio de reprodutibilidade na ciência. Os documentos estão explícitos e qualquer um pode a eles recorrer. O estudo pode ser replicado desde que outro pesquisador consulte as mesmas fontes. As conclusões acerca de tal “descontinuidade doutrinária” serão as mesmas, pois os resultados serão idênticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É plausível analisar qual a função atribuída ao campesinato por parte do PCdoB entre 1962 e 1972. Em Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil (1980, p. 69), constata-se uma alta preocupação com a questão da terra diante do “arcaico sistema de latifúndio”. Como consequência, a questão camponesa passaria a ser, para os pecebistas, o problema-chave da revolução brasileira (Comissão Executiva do Partido Comunista do Brasil, 1980, p. 79; Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1980a, p. 114). O campesinato, por extensão, seria a principal base de apoio das forças revolucionárias e a transformação radical da sociedade somente se daria via guerra popular, travada fundamentalmente no interior do país. As massas camponesas seriam o sustentáculo da guerra popular (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1980b), afinal “é no campo (...) onde existem as melhores condições para desenvolver as lutas do povo brasileiro” (VI Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil, 1974, p. 132)

Ora, se os excertos deixam nítido que “o problema camponês é o objeto de mais atenção” (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1980c, p. 142), de onde se origina essa concepção? O PCdoB bebeu diretamente do maoísmo, linha na qual o campesinato se apresenta como força motriz da revolução, com um papel central. A partir de diferentes tipos de camponeses (pobres, médios e ricos), a derrota do capitalismo viria com base no envolvimento do campesinato na guerra de guerrilhas, do interior para os grandes centros, do campo para as cidades, nos moldes da guerra popular prolongada. Diante disso, ergueria-se uma aliança operário-camponesa, união da classe operária, do campesinato e de alguns setores da pequena burguesia⁴. Quando se estuda os

⁴ Para o PCdoB, a burguesia nacional, classe hesitante e conservadora, não teria parte na aliança operário-camponesa, restrita a trabalhadores (urbanos e rurais), estudantes, intelectuais, artistas, soldados e marinheiros.



livros encontrados na seção de Metodologia, não há dúvidas: as referências ao líder chinês são explícitas.

No texto de janeiro de 1969, o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (1980a, p. 92) apontou que as “geniais contribuições de Mao Tsé-Tung” foram essenciais para examinar e delinear o curso de sua luta armada. O estudo de suas obras foi, na realidade, um “guia na elaboração” do caminho (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1980a, p. 115). Por sua predileção pelo modelo chinês, descreveu Mao Tsé-Tung como “o maior marxista-leninista de nossos dias, valoroso revolucionário, admirado e acatado em todo o mundo” (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1974, p. 98). O problema e a contradição residem no fato de que, apesar de salientar a questão camponesa como questão-chave da revolução, o PCdoB reiterava e replicava a leitura leninista sobre o campesinato, segundo a qual os camponeses, trabalhadores não-dissociados de seus meios de produção, a terra, são refugos e remanescentes de relações de produção feudais e pré-capitalistas.

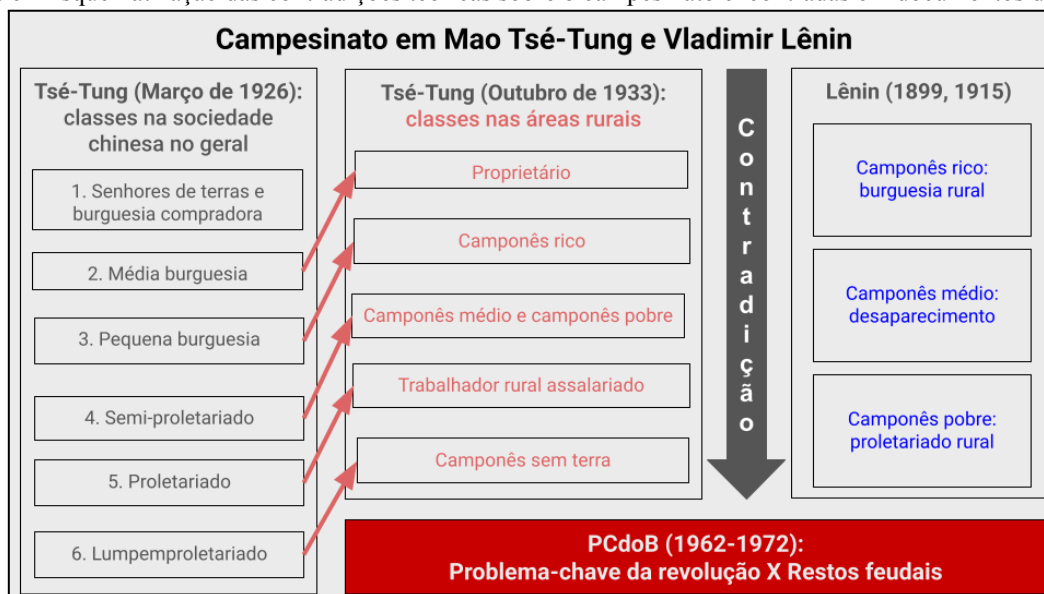
No mesmo documento em que o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (1980a, p. 92) identificou a importância camponesa para a manutenção e a expansão do movimento armado, verifica-se que a preocupação com a questão da terra era um reflexo do reconhecimento de “sobrevivências pré-capitalistas”. Ainda que se pense que se trata de um preciosismo, é uma divergência teórica considerável que merece ser sublinhada. Para o PCdoB, os latifundiários e os camponeses seriam restos feudais. Se Marques (2008) atesta a existência do campesinato e dos proprietários de terra até a atualidade, isso é uma afirmativa contrária à encontrada entre os documentos pcedobistas. O latifúndio é parte constitutiva do modo de produção capitalista no Brasil. Mesmo que seja uma leitura quase de nota de rodapé, tremendamente detalhista, a contradição se expressa nos detalhes.

Para Lênin (1980, 1988), em uma leitura apoiada sobretudo em uma concepção linear, o campesinato está fadado ao desaparecimento, tornando-se proletariado ou burguesia. Em Lênin, assim como nas citações de documentos do PCdoB apresentados adiante, os camponeses simbolizam resíduos sociais do progresso capitalista, fundamentalmente dual, com apenas duas classes sociais (indo na contramão do capítulo 52 do livro III de Marx). O campesinato, segundo tal vertente, vem a ser definido por seu destino social que nada mais é que uma tragédia futura, seja por meio do aburguesamento do campesinato rico ou por meio da proletarização do campesinato pobre (Paulino, 2007, 2008). Vejamos como, através das menores diferenças, as teses de Mao e Lênin



sobre o campesinato guardam distanciamentos, não obstante o primeiro construa sua exposição em diálogo direto com o segundo. A figura 6 é uma prévia esquematizada do que será debatido:

Figura 6 - Esquematização das contradições teóricas sobre o campesinato encontradas em documentos do PCdoB



Fontes: Tsé-Tung (1975, 2004a, 2004b); Lênin (1980, 1988).

Elaboração: Vinícius Carluccio de Andrade (2025).

Primeiramente, Tsé-Tung (1975, 2004a) fez, em texto de março de 1926, uma análise geral das distintas classes na sociedade chinesa, sendo elas: 1) senhores de terra e burguesia compradora, apêndices da burguesia internacional e dependentes do imperialismo; 2) média burguesia, uma burguesia nacional que era concomitantemente antiimperialista e anticomunista; 3) pequena burguesia, composta por camponeses proprietários, proprietários de pequenas empresas, intelectuais e pequenos comerciantes, com alas desde a esquerda (entre os mais pobres) até a direita (entre os mais ricos); 4) semi-proletariado, composta por grande parte dos camponeses semi-proprietários (sujeitos ao arrendamento mesmo com terras próprias), camponeses pobres (rendeiros), pequenos artesãos, empregados comerciais e mascates/ambulantes; 5) proletariado, composto por um proletariado industrial/operariado (concentrado principalmente nas ferrovias, na mineração, no transporte marítimo, nos têxteis e na construção naval) e por um proletariado agrícola/trabalhadores rurais assalariados, conjunto de trabalhadores explorados por empresas estrangeiras e força



dirigente da revolução⁵; e 6) lumpemproletariado, composto por camponeses sem-terra e operários sem trabalho, existência mais precária.

Sete anos depois, em outubro de 1933, Tsé-Tung (2004b) destrinchou especificamente as classes sociais nas áreas rurais, detalhando cada uma das listadas acima no caso particular da formação socioespacial chinesa. Observa-se, na figura 6, que o proprietário fundiário (aquele que possui terras, mas não trabalha, pois tem sua fonte de rendimento na extração da renda da terra) faz parte da média burguesia; o camponês rico (aquele que possui terras, tem os melhores instrumentos de trabalho e explora, temporariamente, uma mão de obra contratada), da pequena burguesia; o camponês médio (aquele que depende de seu próprio trabalho, mas geralmente não vende sua força de trabalho porque possui ou aluga terras) e o camponês pobre (aquele sujeito à exploração da força de trabalho, pagando aluguel para usar terras), do semi-proletariado; e o trabalhador rural assalariado (aquele desprovido e divorciado de seus meios de produção, sem terras, que vende sua força de trabalho para sobreviver), do proletariado.

Segundo a concepção maoísta, é no semi-proletariado que residia o “problema camponês”, pois ali se encontrava a massa rural empobrecida, mas ainda em contato com seus instrumentos de trabalho. Conforme apresentado a seguir, uma das principais divergências que delineiam a contradição intrínseca às reflexões do PCdoB é justamente quanto à figura do campesinato médio. Para Tsé-Tung (2004b, online, tradução minha), “em geral, um camponês médio não precisa vender sua força de trabalho, enquanto o camponês pobre precisa vender parte dela. Este é o principal critério para diferenciar um camponês médio de um camponês pobre”⁶. Verifica-se, entretanto, que, para Mao, os camponeses não necessariamente se extinguirão. Eles têm um lugar no futuro, afinal

A classe dos senhores de terras, que possui a terra, transforma-se numa classe despossuída de terras, enquanto que os camponeses despojados das suas terras se convertem em pequenos proprietários que receberam terra. A posse e o desapossamento, a aquisição e a perda, estão mutuamente ligadas em condições determinadas (Tsé-Tung, 2009, p. 68).

⁵ O assim chamado proletariado (operários e trabalhadores rurais) se caracteriza da seguinte maneira: “eles foram privados de todos os meios de produção, não têm nada a não ser suas mãos, não têm esperança de enriquecer e, além disso, estão sujeitos a um tratamento implacável dos imperialistas, dos senhores da guerra e burguesia. É por isso que são particularmente bons lutadores” (Tsé-Tung, 2004a, online, tradução minha) / “They have been deprived of all means of production, have nothing left but their hands, have no hope of ever becoming rich and, moreover, are subjected to the most ruthless treatment by the imperialists, the warlords and the bourgeoisie. That is why they are particularly good fighters” (Tsé-Tung, 2004a, online).

⁶ “In general, a middle peasant does not need to sell his labour power, while the poor peasant has to sell part of his labour power. This is the principal criterion for distinguishing between a middle and a poor peasant” (Tsé-Tung, 2004b, online).



Os camponeses e os latifundiários não são classificados como resquícios feudais, mas figuras do presente⁷, cujo antagonismo pode ser eliminado no futuro a partir da derrubada da exploração do homem pelo homem. Nos textos do PCdoB, por outro lado, não é bem assim. Em simultâneo com a defesa do campesinato para efetivar a guerra popular, nota-se que o latifúndio é entendido como um “sistema arcaico e parasitário” (Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, 1974, p. 14), leitura que se aproxima dos escritos de Lênin (1988), especialmente dos capítulos II, III e IV. Derrubá-lo é um mote para findar todas as “formas feudais de exploração” (Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, 1974, p. 20).

Quase repetindo a citação de Lênin sobre os latifúndios serem “uma sobrevivência de relações pré-capitalistas: escravistas, feudais ou patriarcais” (Lênin, 1980, p. 42), o PCdoB os lê como “sobrevivências feudais e escravistas” (Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, 1977, p. 25). É curioso evidenciar, ainda, que as frases de Lênin são da passagem do final do século XIX para o início do século XX, mas os escritos do PCdoB são dos anos 1960 e 1970. Mesmo que os proprietários de terras, naquela época, já fossem empresas capitalistas que territorializaram seus monopólios, eram denunciadas como “sobrevivências feudais” (A Classe Operária, 1977, p. 109). De acordo com Oliveira (1999, 2004), não é porque a empresa é capitalista e compra terras, metamorfoseando-se em capitalista latifundiária e latifundiária capitalista, que é um resquício do feudalismo, mas era essa a visão do PCdoB.

Trata-se, na verdade, da vertente teórica leninista, cuja tese principal é a destruição dos camponeses e dos latifundiários mediante a expansão do capitalismo no campo. Isso aconteceria porque o campesinato pertenceria, segundo Lênin (1980), ao passado. Consequentemente, a expansão do capitalismo no campo traz o aumento do assalariamento, que traz o fim das relações

⁷ Sobre a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, essa vertente toma que “o capitalismo, que ocupava na antiga sociedade feudal uma posição subordinada, tornou-se a força dominante dentro da sociedade capitalista; o caráter da sociedade sofreu a transformação correspondente, isto é, de feudal passou a capitalista. Quanto ao feudalismo, de força dominante que era no passado, passou, na época da nova sociedade capitalista, a uma força subordinada que morre progressivamente. Foi o que aconteceu, por exemplo, na Inglaterra e na França. Com o desenvolvimento das forças produtivas, a própria burguesia, de classe nova que desempenhava um papel progressista, passou a classe velha, desempenhando um papel reacionário e, finalmente, foi derrubada pelo proletariado, convertendo-se numa classe destituída do direito à propriedade privada dos meios de produção, desprovida de poder e que desaparecerá com o tempo. O proletariado, que de longe é superior em número à burguesia, que cresceu ao mesmo tempo que esta, mas que se encontra sob a sua dominação, constitui uma força nova; ocupando, no período inicial, uma posição dependente com relação à burguesia, ele se reforça progressivamente, transforma-se numa classe independente, desempenhando o papel dirigente na história, e há de acabar por dominar o poder e se transformar na classe dominante. Daí resulta que o caráter da sociedade há de mudar - a velha sociedade capitalista se transformará numa nova sociedade, socialista. Tal é o caminho já percorrido pela União Soviética e que, inevitavelmente, há de ser percorrido por todos os países restantes” (Tsé-Tung, 20009, p. 61).



não-capitalistas, que traz a transformação do campesinato em assalariado. Para Oliveira (1999), por exemplo, a agricultura camponesa, existente com base no trabalho familiar e, pois, alicerçada em relações não-capitalistas de produção, não se encerra porque o capitalismo se desenvolve de maneira desigual, combinada e contraditória. Em Lênin (1980), em contrapartida, ocorre o oposto: o conjunto de camponeses sumiria, sendo que sua camada mais rica se transformaria em burguesia rural e, a camada mais pobre, em proletariado rural.

Assim, Lênin e os leninistas acreditam que a proletarianização do campesinato é irremediável, isto é, a expropriação completa de seus meios de produção, empurrando-os ao assalariamento permanente, é um fato inexorável. É a “diferenciação” do campesinato, que resultaria em uma “descamponização”. Devido ao conjunto de contradições existentes em seu interior, Lênin (1988) declarou seu fim a partir da gênese de apenas dois grupos extremos. A instabilidade reside precisamente na figura do campesinato médio, que em Tsé-Tung (2004b) faria parte do semi-proletariado. Na enunciação russa, porém,

O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural - a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados (Lênin, 1988, p. 114).

Ademais, no caso da Rússia, esse camponês médio se depararia com o regime da corvéia (pagamento em trabalho). Segundo Lênin (1988), o camponês rico, em aburguesamento, jamais aceitaria tal vassalagem. O camponês pobre, por sua vez, não teria condições de efetuar um pagamento em trabalho, pois não teria instrumentos próprios para trabalhar e dependeria do salário para sobreviver. Notabiliza-se, portanto, a dualidade do campesinato, marcado por um “antagonismo interno entre as tendências proprietárias e proletárias” (Lênin, 1988, p. 9). Se é no campesinato médio onde são encontrados os “resíduos da servidão” e os legados dos tributos feudais, o campesinato acabaria, na visão leninista, por reproduzir uma estrutura contraditória de classe dotada de caráter pequeno-burguês.

Verifica-se, por exemplo, que Lênin (1980), ao descrever essa dita postura, oponente do proletariado, o classifica - seja um campesinato pobre, médio ou rico - em classe reacionária. Esse campesinato citado nos documentos do PCdoB é ora força motora da revolução, ora sobrevivências



pré-capitalistas e feudais que geram reacionarismos. Na questão da extração da renda da terra, os camponeses, para Lênin, não deixam de se posicionar ao lado desses “feudais” latifundiários:

No regime capitalista, o pequeno agricultor transforma-se, quer queira ou não, quer perceba ou não, num produtor de mercadorias. E é nesta modificação que está o essencial. Mesmo quando o pequeno agricultor ainda não explora o trabalho assalariado, esta mudança é suficiente para fazer dele um antagonista do proletariado, para transformá-lo num pequeno-burguês. Ele [o camponês que se aburguesa] vende o seu produto, o proletariado vende a sua força de trabalho. Os pequenos agricultores não podem, enquanto classe, deixar de aspirar pelo aumento de preços dos produtos agrícolas, e isto equivale à sua participação, ao lado dos grandes proprietários de terras, na partilha da renda fundiária; eles se tornam solidários com os proprietários fundiários contra o resto da sociedade. Por sua situação *de classe*, o pequeno agricultor torna-se, inevitavelmente, à medida que se desenvolve a produção mercantil, um partidário da estrutura agrária existente, um *pequeno agrarista*. Entre os operários assalariados ocorre também de uma pequena parte deles aliar-se aos patrões contra o conjunto da classe operária. Mas isto significa apenas a união de uma *ínfima* parcela da classe com seu adversário e contra *toda* a classe. Não é possível imaginar uma melhoria da situação dos trabalhadores assalariados, enquanto classe, sem uma elevação do bem-estar das massas e sem um agravamento do antagonismo que as opõe ao senhor da sociedade moderna, ao capital, a toda a classe dos capitalistas. Ao contrário, é perfeitamente possível imaginar - e trata-se de um fenômeno típico do capitalismo - que a melhoria da situação dos pequenos agricultores, enquanto classe, seja resultado de sua união com os proprietários fundiários, de sua participação na imposição de uma renda fundiária crescente sobre toda a sociedade, de seu antagonismo com a massa dos proletários e semiproletários que dependem inteiramente, ou principalmente, da venda de sua força-de-trabalho (Lênin, 1980, p. 92-93, *itálico no original*)⁸.

É óbvio que as condições de distintas revoluções não são idênticas (Tsé-Tung, 2009), mas é no mínimo contraditório que as resoluções do Comitê Central do PCdoB tentem mesclar concepções tão divergentes sobre o campesinato, algo que se manifesta na representação do camponês médio, nem rico (detentor de terras que explora esporadicamente outros camponeses) nem pobre (que vende sua força de trabalho e paga aluguel para ter acesso à terra). Acentua-se, aqui, a “descontinuidade doutrinária” ou a “esquizofrenia doutrinária” denunciada por Martins (1986). O questionamento levantado neste trabalho não é se as escolhas do PCdoB, da cisão de 1962 à Guerrilha do Araguaia em 1972, estavam certas ou erradas, mas sim como foi possível associar “campesinatos” tão diferentes, um (maoísta, via chinesa da guerra popular prolongada) como questão-chave para a superação do capitalismo e outro (leninista) como resquício feudal.

Lênin (1980) concluiu seu livro assinalando que o indicador essencial do capitalismo na agricultura é o trabalho assalariado. No campo brasileiro dos anos 1970, na área escolhida para instalação dos destacamentos guerrilheiros, isso emergia naquele momento diante da contra-reforma

⁸ Destaca-se que a apresentação dessa edição de Lênin (1980) foi feita por Wladimir Pomar, pertencente ao Comitê Central do PCdoB durante a Ditadura Militar. Nas 20 páginas iniciais, o escritor, então membro do partido, explicitou sua posição favorável à tendência leninista sobre o campesinato.



agrária e da expropriação, típica da acumulação primitiva de capital. Ao mesmo tempo, o latifúndio não era uma marca do escravismo ou do feudalismo, pois, conforme se verificou na formação socioespacial brasileira, as terras foram compradas por capitalistas nacionais e estrangeiros, por monopólios do Centro-Sul ou do exterior. É interessante, por fim, destacar as aproximações e as semelhanças desse ente camponês nos textos pecedobistas. Ora fulcral, ora fadado à extinção, uma certeza é exteriorizada: é um campesinato demasiadamente contraditório e antinômico, da Rússia à China em questão de parágrafos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, é medular reiterar que os conceitos jamais são neutros, pois carregam consigo maneiras distintas de interpretar a realidade. Analisar o campesinato em documentos do PCdoB de 1962 a 1972 não é uma tarefa inútil, afinal os pecedobistas se lançaram à Amazônia com a expectativa de aglomerar posseiros na guerra popular prolongada. Não se esquece, também, que “negar a contradição nos fenômenos é negar tudo” (Tsé-Tung, 2009, p. 56-57), mas esse campesinato retratado, conforme destrinchado acima, é *muito contraditório*. São duas visões que não se apresentam como complementares, mas, na maioria das vezes, opostas. As concepções teóricas são elementares e fazem a diferença para a Geografia Agrária Crítica.

Acima de tudo, repercutem no modo de se pensar a construção do território como produto da luta de classes. Hoje, entende-se o campesinato como uma classe social que se reproduz no modo de produção capitalista; naquela época, não: os camponeses estariam fadados à extinção, pois, segundo Lênin, a penetração da agricultura capitalista no campo geraria a aniquilação completa de relações não-capitalistas de produção. É de se destacar, assim, que a luta teórica também é uma luta política, porque a leitura sobre uma sociedade dividida em classes nunca é imparcial.

Os documentos do Comitê Central do PCdoB, outrossim, demonstram uma expectativa de construção da revolução com os camponeses, mas, quando se classifica seu par dialético (latifundiários) como pré-capitalistas ou feudais, apagam toda a contradição que se apresenta diante do afastamento dos grandes centros urbanos. Independentemente da leitura que se tenha sobre a centralidade do campesinato, é fato que o PCdoB, enquanto partido, olhava os camponeses e os atribuía um papel imponente. Contudo, nessa ida ao Araguaia, ainda se encontrava em posições conflitantes. Com os seis anos de contato diário pré-identificação das Forças Guerrilheiras do Araguaia, isso mudou, pois os militantes se comprometeram a construir uma carta-programa das



demandas daqueles camponeses que, entre 1962 e 1972, eram às vezes o agente principal da revolução, outras vezes um resíduo de um feudalismo ainda não completamente superado.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia; Campesinato; PCdoB; Mao Tsé-Tung; Lênin.

REFERÊNCIAS

VI CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista (Junho de 1966). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974. p. 101-174.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O conceito de classe camponesa em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 73-88, jul./dez. 2003. Disponível em: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2003.471. Acesso em: 08 jan. 2025.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O golpe de 1964 e seus ensinamentos (Agosto de 1964). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. p. 65-90.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil (Maio de 1968). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Política e Revolucionarização do Partido**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977. p. 15-48.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Guerra popular - caminho da luta armada no Brasil (Rio de Janeiro, Janeiro de 1969). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980a. p. 91-118.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Mais audácia na luta contra a ditadura (Rio de Janeiro, Julho de 1970). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980c. p. 135-144.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. O Marxismo-Leninismo Triunfará na América Latina (Carta Aberta a Fidel Castro) (Março de 1966). In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974. p. 85-100.

COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Responder ao banditismo da ditadura com a intensificação das lutas do povo (Dezembro de 1969). In: POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980b. p. 119-134.

CONFERÊNCIA NACIONAL EXTRAORDINÁRIA DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Manifesto-Programa do Partido Comunista do Brasil (18 de Fevereiro de 1962). In: PARTIDO



COMUNISTA DO BRASIL. **A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974. p. 11-24.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos**: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilitch Ulianov. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria (v. 1). São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 49-78. Disponível em:

<https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf#page=49>.

Acesso em: 31 dez. 2024.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil** - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, Karl. Capítulo 52: As classes. In: MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política (Livro III: O Processo Global da Produção Capitalista). São Paulo: Boitempo, 2017. p. 828-829.

MELO, Thiago Sebastião de. Entrevista com o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 11, n. 2, p. 116-133, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo/article/view/8318>. Acesso em: 05 abr. 2025.

MENTIRAS e Violências da Ditadura. A Classe Operária, abr. 1971. In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Política e Revolucionarização do Partido**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977. p. 103-114.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (org.). **O Campo no Século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L)**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974a.



PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Cinquenta Anos de Luta**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1975.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974b.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Política e Revolucionarização do Partido**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1977.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar (org.). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 339-352. Disponível em: https://docs.fct.unesp.br/nera/ltd/geografiaagraria_2007.pdf. Acesso em: 31 dez. 2024.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Territórios em disputa e agricultura. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (org.). **Campesinato e Territórios em Disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 213-238. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf#page=49>. Acesso em: 24 jan. 2024.

POMAR, Wladimir (org.). **Araguaia: o Partido e a guerrilha**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

TSÉ-TUNG, Mao. Análise das Classes na Sociedade Chinesa (Março de 1926). In: TSÉ-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung, Tomo I**. Pequim: 1975, p. 1-18. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1926/03/classes.htm>. Acesso em: 22 jun. 2025.

TSÉ-TUNG, Mao. Analysis of the classes in Chinese society (March 1926). **Marxists Internet Archive**, 2004a. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_1.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

TSÉ-TUNG, Mao. How to differentiate the classes in the rural areas (October 1933). **Marxists Internet Archive**, 2004b. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-1/mswv1_8.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

TSÉ-TUNG, Mao. Sobre a Contradição (Agosto de 1937). In: TSÉ-TUNG, Mao. **Sobre a Prática & Sobre a Contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 31-77. Disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2021/05/sobre-a-pratica.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2025.